

A INFLUÊNCIA DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2008 A 2019)

Eldan Soares dos Reis¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal, analisar a influência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ensino de História do Piauí, no nível médio. Durante várias décadas, as provas dos vestibulares da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) traziam questões de história regional. Porém, essa situação mudou com a adesão dessas duas instituições de ensino superior ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que adota a nota do ENEM como critério, sendo que essa avaliação de caráter nacional não aborda em seu conteúdo programático a história regional. Para entender os efeitos dessa mudança no ensino de História do Piauí, será realizada uma pesquisa nos exames do ENEM (2009 a 2019), nas provas dos vestibulares da UFPI e UESPI (2008 a 2011) e na grade curricular de escolas de nível médio, públicas e privadas, de Teresina – PI.

Palavras-chave: Ensino de História; História Regional; História do Piauí; ENEM.

THE INFLUENCE OF ENEM ON HISTORY TEACHING IN PIAUÍ (2008 TO 2019)

ABSTRACT

The main aim of this paper is to analyze the influence of the National High School Exam (ENEM) on the teaching of Piauí history at high school level. For several decades, the entrance exams at the Federal University of Piauí (UFPI) and the State University of Piauí (UESPI) included questions on regional history. However, this situation changed when these two higher education institutions joined the Unified Selection System (SISU), which uses the ENEM score as a criterion, and this national assessment does not include regional history in its syllabus. In order to understand the effects of this change on the teaching of History in Piauí, research will be carried out on the ENEM exams (2009 to 2019), the UFPI and UESPI entrance exams (2008 to 2011) and the curriculum of public and private high schools in Teresina - PI.

Keywords: Teaching History; Regional History; History of Piauí; ENEM.

LA INFLUENCIA DE ENEM EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA DE PIAUÍ (2008 A 2019)

RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es analizar la influencia del Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM) en la enseñanza de la historia de Piauí en la enseñanza media. Durante varias décadas, los exámenes de ingreso en la Universidad Federal de Piauí (UFPI) y en la Universidad Estatal de Piauí (UESPI) incluían preguntas sobre historia regional. Sin embargo, esta situación cambió cuando estas dos instituciones de enseñanza superior se incorporaron al Sistema Único de Selección (SISU), que utiliza la nota del ENEM como criterio, y esta evaluación nacional no incluye la historia regional en su programa de estudios. Con el fin de comprender los efectos de este cambio

¹ Mestre em História (PROFHISTÓRIA-UESPI), Professor da SEDUC-MA, eldansoares@gmail.com

en la enseñanza de la Historia en Piauí, se llevará a cabo una investigación sobre los exámenes ENEM (2009 a 2019), los exámenes de ingreso a la UFPI y UESPI (2008 a 2011) y el plan de estudios de las escuelas secundarias públicas y privadas en Teresina - PI.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Historia Regional; Historia de Piauí; ENEM.

“Seu futuro passa por aqui”

Criado em 1998 com a finalidade de avaliar o nível dos estudantes que concluíam a última etapa da educação básica, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) representa nos dias de hoje a porta de entrada para o ensino superior no Brasil. Atualmente, as notas do ENEM são utilizadas como critério de seleção pelas universidades e institutos federais, pela maioria das universidades estaduais e por muitas faculdades privadas. Além de serem usadas nos programas de bolsas (Programa Universidade Para Todos) e de financiamento estudantil (Fundo de Financiamento Estudantil).

Idealizado à época da gestão do ministro Paulo Renato de Souza, que esteve à frente do Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a implantação do ENEM refletia a influência do neoliberalismo na educação brasileira. Organismos internacionais, em especial o Banco Mundial (BIRD), orientavam a implantação de mecanismos de avaliação da educação do Brasil e, geralmente, condicionavam a liberação de recursos para o país à implementação desses instrumentos. O objetivo principal da política neoliberal era adequar a educação para a formação de indivíduos com habilidades e competências exigidas pelo cada vez mais competitivo mercado de trabalho².

Em sua origem o ENEM representava uma prova aplicada para avaliar a qualidade do ensino médio, principalmente na escola pública, fornecendo dados que revelassem as principais deficiências dos alunos que estavam concluindo essa etapa. Partindo dessas informações, o MEC elaboraria estratégias e implementaria políticas governamentais, cujo objetivo seria sanar as deficiências reveladas pelos resultados das provas. “O ENEM faz parte do conjunto das avaliações em larga escala que atendem os princípios do Estado Gerencial

² DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

A INFLUÊNCIA DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2008 A 2019)

que centraliza os processos avaliativos ao mesmo tempo em que descentraliza os mecanismos de gestão e financiamento” (SOUSA, 2003, p.874).

Na primeira edição do ENEM, foram pouco mais de 157 mil inscritos, número pequenose comparado aos 6,3 milhões em 2019, ou aos 9,4 milhões em 2014 (recorde histórico do exame). Em 1998, a prova continha apenas 63 questões objetivas, além da proposta de redaçãodissertativa. As disciplinas não eram unificadas em grandes áreas como são nos dias atuais: eram separadas no estilo tradicional das grades curriculares escolares (História, Geografia, Química, Física, Português e Matemática). As provas eram realizadas em um dia, com tempo máximo de 4 horas, e as questões geralmente abordavam conteúdos considerados básicos, queos alunos deveriam ter estudado durante o ensino médio³.

Com a criação do PROUNI (2004), a nota do ENEM passou a ser utilizada na seleção dos candidatos a bolsas de estudos nas faculdades e universidades privadas. Esse fato provocou crescimento do número de inscritos no exame logo no ano seguinte, quando foi, de fato, implementado o programa de bolsas integrais e parciais. Conseqüentemente, o número de inscrições dobrou, saltando de 1,5 para 3 milhões de inscritos. A edição de 2009 representou um marco na história do exame, pois neste ano a prova passou por profundas transformações. Tais mudanças tinham como objetivo tornar o ENEM na principal ferramenta de seleção de estudantes para ingressar nas universidades públicas, substituindo os tradicionais vestibulares das várias instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil.

A prova passou, então, a ter 180 questões, divididas em quatro Áreas do Conhecimento (Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias) sendo 45 questões para cada área, além da redação. Os alunos passaram a realizar a prova em dois dias consecutivos (sábado e domingo)⁴.

Para transformar o ENEM em um grande vestibular nacional, o Ministério da Educação desenvolveu uma plataforma digital denominada de Sistema de Seleção Unificada (SISU), no ar desde janeiro de 2010. Como mais de 120 instituições de ensino superior públicas brasileiras aderiram ao SISU, esse sistema permite que os estudantes concorram a vagas disponíveis em universidades de outros estados.

³ Dados disponíveis no portal do INEP (<http://portal.inep.gov.br/ENEM/historico>).

⁴ A partir de 2017, a prova passou a ser aplicada em dois domingos consecutivos.

Professores, alunos, editoras e gestores de escolas de todo o Brasil, passaram a ver o ENEM como uma referência. De acordo com Cerri (2004):

[...] apesar da indefinição de um conteúdo e da anunciada liberdade de selecioná-los conforme o entendimento do professor, o que se apresenta é a perspectiva de o ENEM acabar fazendo a seleção de conteúdos que os PCNEM não fizeram, ou seja, de o Exame acabar ganhando um caráter de determinação dos conteúdos curriculares ao qual aparentemente os PCNEM teriam renunciado [...] (CERRI, 2004, pp. 226-227).

Em certa medida, o ENEM está moldando o currículo de História do ensino médio, já que a suposta liberdade de escolha dos conteúdos por parte dos professores fica prejudicada, pois muitos docentes são pressionados a trabalhar os conteúdos abordados com mais frequência no ENEM. Os resultados obtidos pelos alunos nessa prova, além de valer uma vaga na universidade, são utilizados para elaborar um ranking das escolas do Brasil. Há uma verdadeira mobilização nos colégios para que seus alunos tirem notas elevadas na prova, para que a escola fique bem classificada. As instituições de ensino que ocupam o topo da lista utilizam esses dados para fazer propaganda e promovê-las. Como se a nota dos alunos nessa prova fosse suficiente para mensurar a qualidade do ensino.

Com isso o ensino de História fica “aprisionado”, no entendimento de muitos profissionais, que ficam inseguros em selecionar outros conteúdos, quando aqueles já tradicionalmente abordados e que são contemplados pelo ENEM, por temerem o fracasso de seus alunos e alunas nessa avaliação. Sendo assim, os professores e as professoras, mesmo se não analisarem essa avaliação, tornam-se, de certa forma, seus reféns, pois, os conteúdos exigidos pelo ENEM são aqueles selecionados pelas editoras para serem contemplados nos livros didáticos (Idem, p. 545).

É notório o quanto essa avaliação interfere no que é ensinado no ensino médio, influencia no interesse dos alunos por determinados assuntos, na produção dos livros didáticos e até na escolha dos conteúdos a serem lecionados pelos professores.

O ensino de História do Piauí e os vestibulares da UESPI e UFPI

Devido à presença do conhecimento referente à História do Piauí no conteúdo programático dos vestibulares das principais universidades do estado, Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI) até 2010 e 2011, respectivamente, as escolas públicas e privadas mantinham em seus currículos do ensino médio a disciplina

A INFLUÊNCIA DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2008 A 2019)

de História do Piauí. Algumas escolas, especialmente as da rede privada, contratavam professores exclusivos para a disciplina. Em outros colégios, era tarefa do professor de História do Brasil lecionar sobre história regional. Por muitos anos vivenciei esse processo, quando fui professor exclusivo de História do Piauí em escolas de Teresina - PI.

Até 2010, a UFPI manteve o Programa Seriado de Ingresso à Universidade (PSIU), em que o candidato a uma vaga no ensino superior realizava o vestibular em três etapas, sendo uma prova para cada série do ensino médio. Numa tentativa de preparar os alunos para o PSIU, as escolas introduziram o ensino de História do Piauí em todos os anos do ensino médio. Apesar de nunca haver criado um programa seriado, a UESPI também exigia em seu vestibular os conteúdos de História do Piauí, o que obrigava as escolas a ministrarem esses conteúdos nas turmas de ensino médio e pré-vestibular. Grande parte dos alunos só tinha contato com a história regional quando estava se preparando para prestar os vestibulares.

Dessa forma é possível perceber que essas duas instituições de ensino superior, através de seus processos seletivos, contribuíram durante décadas para a difusão do ensino de História do Piauí. Ao aderirem ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que adota a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção, essas universidades foram progressivamente extinguindo seus vestibulares. O que acabou impactando no ensino da História do Piauí. A maioria das escolas particulares acabou retirando a história regional da grade curricular do ensino médio, considerando a ausência deste conteúdo na prova do ENEM, em uma demonstração bastante clara de que o foco dessas escolas é a preparação do aluno para “conquistar” uma vaga nas universidades públicas.

Numa tentativa de verificar até que ponto os vestibulares da UFPI e UESPI contribuíram para a difusão do ensino de História do Piauí, no ensino médio, fizemos uma análise das provas de História das três últimas edições desses vestibulares. As questões foram divididas por temas, em seguida calculou-se a quantidade de questões e porcentagem de cada temática. A princípio, realizamos um estudo de todas as questões de História das provas do vestibular da UESPI, ocorridas nos anos de 2009 a 2011. Posteriormente foi realizado o mesmo processo com as três últimas provas da UFPI, aplicadas entre 2008 a 2010.

Antes de iniciar essa discussão é importante ressaltar que o vestibular da UESPI, nesse período estudado, era específico, ou seja, as provas eram divididas por áreas e o

vestibulando só realizava as provas das disciplinas específicas do curso escolhido no ato da inscrição no exame. Os candidatos às vagas nos cursos da área de Saúde, Engenharia, Física, Matemática, Química, Biologia, Computação, Agronomia e Zootecnia não realizavam prova de História. Para concorrer a qualquer uma das demais carreiras era obrigatório responder a prova de História.

A maioria dos inscritos optava por cursos em que era obrigatório realizar a prova de História. Em 2010, por exemplo, dos 28.557 inscritos no vestibular da UESPI, apenas 11.889 não responderiam tal prova. Isso significa que aproximadamente 60% dos vestibulandos iam se submeter à avaliação de História⁵. Assim, mesmo sendo específico, este vestibular influenciava o que era ensinado e aprendido por alunos e professores durante as aulas de História no ensino médio, já que a maioria dos estudantes teriam que se preparar para resolver as questões dessa disciplina. Em cada edição do vestibular da UESPI eram 30 questões de História, num total de 90 para os três anos aqui estudados.

Em relação ao vestibular da UFPI, as provas ocorriam em quatro dias consecutivos. No primeiro, realizavam as provas os alunos da primeira série do ensino médio, no dia seguinte era a vez dos alunos do segundo ano, e no terceiro dia faziam as provas os alunos da última série do ensino médio. O quarto dia era destinado à prova de redação e à prova específica. Nos três primeiros dias, os alunos realizavam as provas de todas as disciplinas estudadas no Ensino Médio.

Os cursos eram divididos em cinco grupos, sendo que a prova específica de História era aplicada apenas nos grupos IV e V⁶, pois a comissão que organizava o vestibular entendia que os conhecimentos de História só seriam essenciais aos cursos desses grupos. Os alunos do terceiro ano e os que já haviam concluído o ensino médio tinham a opção de realizar o PSIU GERAL, onde o candidato participava dos quatro dias consecutivos de aplicação, realizava todas as provas das três primeiras etapas e mais a redação e a prova específica do curso escolhido, que eram realizados no quarto dia. A prova de História em cada etapa do PSIU era composta por oito questões e a específica por dez. Somando todas as questões de História

⁵ Dados disponibilizados pelo Núcleo de Concurso e Promoção de Eventos da UESPI (www.nucepe.uespi.br).

⁶ Grupo IV: Administração, Contábeis e Economia. Grupo V: Arqueologia, Ciências Sociais, História, Geografia, Letras, Jornalismo, Direito, Psicologia, Moda, Serviço Social, Turismo, Música, Artes, Filosofia e Pedagogia.

A INFLUÊNCIA DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2008 A 2019)

aplicadas nos quatro dias de prova durante os anos de 2009 a 2010, chegamos a um total de 102.

Após realizar um estudo nas avaliações de História das três últimas edições dos vestibulares dessas instituições de ensino, constatamos que a História do Piauí estava presente em todas as provas. No PSIU, a história piauiense era o tema central de 15 questões, de um total de 102. Proporcionalmente estas representavam aproximadamente 15 % das provas. Já em relação ao vestibular da UESPI, esse conteúdo foi abordado em 10 questões, de um montante de 90, correspondendo a pouco mais de 11%.

Partindo desses dados é possível notar que a História do Piauí era o tema mais recorrente dentre todos os outros. No caso da UFPI, o tema que vem na sequência é o Segundo Reinado que, com apenas 8 questões, correspondia a pouco mais da metade do número representado pela história regional. No caso da UESPI, o segundo no ranking é a América Portuguesa (colonização, administração e economia) com 8%.

Em abril de 2011, Luiz de Sousa Santos Júnior, reitor da Universidade Federal do Piauí época, anunciou oficialmente o fim do processo seletivo seriado e a adesão ao SISU como forma de ingresso à instituição⁷. A universidade, que já disponibilizava 50% das vagas para a seleção a partir da nota do ENEM desde 2009, passou a aderir integralmente ao novo sistema.

Durante a coletiva organizada para anunciar o fim do PSIU, alguns jornalistas locais preocupados com o destino da História, Geografia e Literatura regionais, questionaram o reitor sobre o impacto da mudança sobre o ensino desses conteúdos. O mesmo respondeu que “a adesão ao SISU não impossibilita que o professor, em sala de aula, trabalhe os conteúdos regionais, não descartando por tanto a possibilidade de a prova conter saberes locais, já que a prova se refere ao país e suas regiões.” Porém, conforme apontaremos adiante, a partir da análise das provas do ENEM no período estudado, a História do Piauí raramente é exigida neste exame.

Em nota oficial⁸, divulgada pela instituição no período, Maria do Amparo Ibiapina,

⁷ Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/74647/acabou-o-psi-ufpi-adere-100-ao-enem-para-vestibular-de-2011-2012>>.

⁸ Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-parnaiba/13351-ufpi-adere-integralmente-ao-sisu-para-o-pr%C3%B3ximo-vestibular>

a então secretária do Conselho Universitário da UFPI, afirmou que utilizando somente o SISU a universidade iria diminuir os custos necessários para a realização do vestibular. Podemos questionar esse argumento, já que os vestibulandos eram obrigados a pagar taxa de inscrição para participar do processo seletivo.

Outro ponto utilizado pelos dirigentes dessa universidade para justificar tal mudança, foi o de que o processo em três etapas exigia muito dos alunos, obrigando-os a se dedicar a preparação para o vestibular durante todo o ensino médio. Dessa forma gerava uma pressão muito grande nos alunos que desde muito jovens já tinham que conviver com essa preocupação. Mais um frágil argumento, pois esse problema poderia ter sido solucionado voltando ao formato anterior de vestibular que era praticado pela UFPI, extinguindo-se o sistema seriado.

Na realidade, apesar de não fazer menção na nota oficial, os gestores das universidades estavam sendo pressionados pelo governo federal a aderirem ao SISU. Para obrigá-los a aderir ao novo sistema o MEC vinculou a liberação de alguns recursos à adesão das universidades ao novo ENEM. Em denúncia ao jornal “O GLOBO”, a ex-professora da UFRJ e especialista em processo seletivo Ana Maria Ribeiro afirmou que a adesão das universidades ao SISU se deve:

[...] ao fato de a adoção do sistema estar ligada diretamente à liberação dos recursos do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A faculdade precisa de recursos estudantis, por isso aceitou integralmente a proposta do MEC. Sem esse recurso a faculdade não se mantém nem cresce. O Sisu é falho. Além disso funciona como uma loteria. O estudante escolhe o curso não por vocação. Ele quer é entrar na universidade. Esse estudante depois de um ano, no máximo, desiste porque vê que a carreira escolhida não tem nada a ver com ele” (Jornal o GLOBO, Rio de Janeiro, 04/05/2012).

Criado pelo decreto nº 6.096/2007, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) surgiu com a missão de injetar recursos nas universidades e institutos federais para promover a expansão da educação superior pública no Brasil, permitindo que mais estudantes tivessem acesso a cursos de graduação superior gratuitos e de qualidade. Porém, após 13 anos de sua criação, um relatório da Câmara dos Deputados apontou que além de não cumprir suas metas, o programa deixou as universidades federais com uma dívida de mais de 4 bilhões.

Acreditando nas promessas de liberação de recursos, as instituições de ensino

federais aumentaram a oferta de vagas, e para receber esses novos alunos tiveram que iniciar obras de ampliação e melhoria nos campi. No entanto, o governo federal não cumpriu com o prometido, reduzindo ano após ano o orçamento destinado às universidades, deixando um rastro de obras inacabadas e uma dívida bilionária. De acordo com o Ministério da Educação foram 15 mil novas vagas nas universidades federais apenas no primeiro ano do REUNI⁹.

A partir do ano de 2012 as vagas dos cursos do período regular da UESPI passaram a ser preenchidas através do SISU. A decisão foi aprovada pelo Conselho Universitário da instituição, sendo que o Campus Floriano foi contrário à mudança. Então, manteve-se apenas o vestibular destinado a preencher as vagas dos cursos à distância, que funcionam nos polos localizados nas principais cidades do interior. Este programa é conhecido como Universidade Aberta.

Após traçar o perfil das provas de História dos vestibulares da UFPI e UESPI, é possível observar a presença marcante da história piauiense nessas avaliações. Desta forma, podemos afirmar que as duas instituições influenciaram diretamente no ensino da história regional, ao incentivarem os vestibulandos a estudarem estes conteúdos durante a preparação para alcançar uma vaga no ensino superior.

O ENEM e a história regional

Numa tentativa de compreender como a história regional, em especial a História do Piauí, é abordada no ENEM, fizemos um levantamento das provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias aplicadas no período de 2009 a 2019, incluindo a prova anulada no ano de 2009 devido ao seu vazamento, num total de 12 avaliações. Ao todo, a parte de Ciências Humanas e suas Tecnologias possui 45 questões, incluindo temas relativos às disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. O número de questões cujo foco é a disciplina de História não é fixo, variando ano a ano. Porém observamos durante a pesquisa que essa quantidade geralmente fica entre 14 e 15 questões, representando mais ou menos um terço da avaliação. Identificamos 169 questões de História nas 12 provas pesquisadas, obtendo-se uma média de aproximadamente 14,09.

Realizamos o mesmo processo de classificação em relação aos temas e quantificação das questões descrito anteriormente, utilizando dos mesmos critérios e parâmetros. Só foram

⁹ Dados disponíveis em: http://www.abed.org.br/arquivos/Relatorio_Final_PCD_GT-EDSUP.pdf

consideradas questões de História aquelas que possuíam tema central e abordagem histórica. Em relação à classificação do tema central, quando não foi possível identificar um único tema, as mesmas foram catalogadas como “outros”.

Identificamos a completa ausência de questões de História do Piauí nas edições do ENEM pesquisadas. Comparando as provas do exame nacional com as da UFPI e UESPI constatamos dois extremos, enquanto nos vestibulares das duas universidades a História regional está no topo do ranking, no outro caso ocupa a posição mais baixa.

Como o próprio reitor da UFPI havia afirmado em 2011, o ENEM poderia cobrar conteúdos da história piauiense, pois essa avaliação por ser nacional incluiria a História do Brasil e de suas regiões. Porém as raras vezes que o Piauí foi citado no ENEM, como no ano de 2006, sempre esteve relacionado à Serra da Capivara, devido a importância desse lugar em relação ao povoamento da América. No próprio ano de 2011, em uma prova elaborada para alunos que não haviam conseguido realizar o ENEM devido a problemas no local de prova, a Serra da Capivara foi novamente tema de uma questão.

É importante destacar que o INEP é obrigado a elaborar anualmente uma segunda prova para aplicar nos locais em que houve problemas que inviabilizaram a realização da mesma. No entanto, as provas analisadas em nosso estudo foram sempre as provas da primeira aplicação, realizadas em todo o Brasil. A exceção foi a prova de 2009, que por ter sido anulada obrigou todos os inscritos a realizarem novamente o teste e por isso decidimos incluir as duas provas desse ano. Mesmo que essas provas não estejam incluídas no nosso recorte de pesquisa, devemos nos questionar se o único aspecto da história de nosso estado digno de ser objeto de discussão em uma questão do ENEM, seria a presença de vestígios pré-históricos na Serra da Capivara. É como se o Piauí só fosse citado por obrigação, pois esses vestígios estão em nosso território.

Dessa forma:

É notório perceber como o Governo Federal, através de seus instrumentos, como é o caso do ENEM, utiliza o aparelho estatal em prol da construção de uma identidade nacional brasileira. Não há, dentro dessa perspectiva, espaço para que possamos expor nossas diferenças e particularidades, as quais expressam a complexidade da realidade social e cultural de um país com a dimensão geográfica do Brasil. (BARBOSA, 2017, p.186).

As histórias ditas regionais são deixadas de fora do programa do ENEM, em detrimento dos conteúdos tradicionalmente reconhecidos como sendo pertencentes à história

nacional. Na realidade, apesar de seus defensores ressaltarem que o ENEM é uma prova totalmente diferenciada dos tradicionais vestibulares, observamos que na prática essa afirmação não é verdadeira. Os antigos vestibulares eram criticados por trazerem perguntas muito diretas, sem haver uma problematização ou contextualização. Isso acabava estimulando a memorização de conteúdos que, na maioria das vezes, não era significativo para os alunos, um ensino popularmente conhecido como “decoreba”. Porém, ao pesquisar as últimas provas do PSIU e da UESPI, percebemos que essas provas foram sendo reformuladas com o tempo, a ponto de se tornarem muito semelhantes com o atual formato do ENEM. Várias das questões dos vestibulares analisadas em nossa pesquisa utilizavam textos e imagens, exigindo dos alunos habilidades como interpretação, comparação, análise e síntese.

O ensino de História do Piauí na atualidade

Com o objetivo de verificar se a História do Piauí ainda é ensinada nas escolas de ensino médio após o fim dos vestibulares da UFPI e UESPI, fizemos uma pesquisa nas 50 escolas de Teresina que tiveram melhor desempenho no ENEM 2019¹⁰. Devido à questão logística e às dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19 que assolava o país e o mundo à época (2020-2021), decidimos restringir nosso estudo às escolas da capital piauiense. Do total de escolas pesquisadas, nove delas são públicas.

Após coletar informações fornecidas por coordenadores, diretores, professores e analisar planos de curso de História de várias escolas pesquisadas, constatamos que a disciplina de História do Piauí não compõe a estrutura curricular do ensino médio de nenhuma dessas escolas. Além de não representar uma disciplina autônoma, os conteúdos de História do Piauí não fazem parte do currículo formal dessas instituições. Além de consultar essas escolas, questionamos alguns profissionais que atuam nas mesmas, sobre o ensino de História do Piauí no ensino médio.

De acordo com Valdália Maria da Silva, coordenadora do Centro de Ensino de Tempo Integral Didácio Silva, uma das escolas públicas estaduais que participaram do estudo, localizada na Zona Sudeste de Teresina, a História do Piauí há muito tempo foi excluída do

¹⁰ Disponível em <https://blogdoenem.com.br/resultado-enem-teresina/>

currículo do colégio, por não fazer parte dos assuntos cobrados no ENEM. Essa foi a justificativa dada por praticamente todas as escolas para explicar a ausência da história regional.

O coordenador de ensino do Colégio Objetivo Teresina, rede nacional que tem várias unidades na capital piauiense, Fabrício de Sousa Pires, afirmou que a História do Piauí não é trabalhada nas turmas de ensino médio da rede Objetivo Teresina porque: *“Trata-se de um assunto que não é contemplado no ENEM e as universidades UFPI, UESPI e UFDPAR utilizam nota do ENEM pelo SISU como forma de ingresso à instituição de ensino.”*

O professor Marivaldo Ribeiro, que leciona História em escolas tradicionais como Instituto Dom Barreto, Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs), Colégio Cidadão Cidadã, além da Escola Popular Madre Maria Vilac, afirmou que: *“Depois que o ENEM foi massificado a História do Piauí foi retirada do ensino médio das escolas”*

Há mais de 20 anos atuando como professor de História em escolas como Dom Bosco, Diocesano, Colégio das Irmãs e Instituto Dom Barreto, Lisandro Nunes afirmou que não conhece nenhuma escola de Ensino Médio de Teresina que mantenha a disciplina de História do Piauí na grade curricular, ou que trabalhe os conteúdos dessa disciplina. O mesmo diz lamentar profundamente a ausência da história piauiense, afirmando em tom de desabafo que *“bom era no tempo do vestibular da UESPI e da UFPI, em que os alunos tinham que estudar a história do estado, aí veio o ENEM e bagunçou tudo.”*

A professora de História Josinelma Maria de Souza Miranda, que atua no Instituto São José, escola que vem se destacando nos últimos anos pelos resultados de seus alunos nas provas do ENEM, afirmou que: *“A História do Piauí não é cobrada no ENEM, o ENEM não é regionalizado. Além de focar em conhecimento a escola foca em resultado.”*

A coordenadora de ensino do Centro de Ensino de Tempo Integral Raldir Cavalcante, Teresinha de Jesus, disse que: *“A escola prioriza o que vai ser cobrado no ENEM”*. Da mesma forma afirmou Viviane Viera, que atua como coordenadora da rede CEV, sistema de ensino que possui várias unidades na capital. O professor de História Alysson Honorato, que trabalha há mais de 15 anos em escolas públicas de ensino médio do estado do Piauí, declarou que: *“O Exame Nacional não é utilizado (ou destacado) quando as escolas estaduais se saem, em média geral, mal na avaliação nacional. Porém, quando as escolas estaduais apresentam, em determinado ano, um bom resultado, a importância do Exame é*

A INFLUÊNCIA DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2008 A 2019)

ressaltada, assim como ele semostrou útil na exclusão da História do Piauí.”

No programa do ENEM, além de uma lista de habilidades e competências, conhecidas como Matrizes de Referência, há uma relação de conteúdos que podem ser abordados na prova, uma espécie de roteiro de estudo. Esses conteúdos são denominados de objetos de conhecimento associados às matrizes de referência. Porém, na parte de Ciências Humanas não há nenhuma referência à História do Piauí¹¹.

A História do Piauí não faz parte da lista de conteúdos do programa de História do ENEM e não foi tema de nenhuma das questões das provas pesquisadas no período de 2009 a 2019. A exceção fica por conta das duas questões relativas a Serra da Capivara que, por motivos já explicados, estão em provas que não fazem parte do nosso recorte de estudo. Dessa forma as escolas públicas e privadas piauienses acabaram excluindo a história regional de seus currículos.

Dos 27 tópicos do conteúdo programático de História do edital do PSIU GERAL, quatro deles eram exclusivamente sobre a história estadual, além destes, outros sete faziam referência à história regional piauiense. Em termos proporcionais, aproximadamente 25% do programa de História do vestibular da UFPI se referia à História do Piauí. Já o edital do vestibular da UESPI dividia o conteúdo de História em 6 partes: Mundo Antigo (que fazia referência à Idade Antiga e Medieval), Mundo Moderno, Mundo Contemporâneo, Século XX, Brasil e Piauí. Além de constituir um item à parte, a história piauiense ainda era citada no tópico Mundo Moderno. Partindo desse critério, podemos afirmar que a História do Piauí correspondia a quase 34% do conteúdo programático de História da avaliação dessa universidade.

Levando em consideração que, à época dos vestibulares da UFPI e UESPI, os temas relativos à história piauiense eram ensinados nas escolas de ensino médio e turmas de pré-vestibular, é possível afirmar que a adesão das duas universidades públicas do Piauí ao SISU teve impacto negativo no ensino de História do Piauí. Já que, como foi revelado após o levantamento de dados, os colégios excluíram esse conteúdo de seus currículos.

Observamos que o pouco contato que os alunos têm com a História do Piauí ocorre geralmente nas séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º). Na segunda etapa do ensino

¹¹ Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/ENEM/matriz_referencia.pdf

fundamental (6º ao 9º) e em todo o ensino médio, na maioria das escolas do estado, senão em todas, os conteúdos de história regional foram formalmente excluídos. Isso contribuiu de forma negativa para a formação da consciência histórica dos alunos piauienses e para que os mesmos se sintam atores do processo histórico. É possível que alguns professores, conscientes da importância da história regional, abordem temas relacionados à História do Piauí durante suas aulas. No entanto, caso isso ocorra, representa uma exceção, pois além dos livros didáticos e dos currículos das escolas não incluem esses temas, em nenhum dos planos de curso analisados há referência à história piauiense.

O novo ensino médio e a história regional

Com a justificativa de que a LDB sofreu uma série de alterações ao longo do tempo, que aumentaram excessivamente o número de matérias no ensino médio e o tornaram mais voltado às exigências das universidades, o governo federal aprovou uma reforma no ensino através da Medida Provisória 746/2016. Convertida em lei (13.415/2017) em menos de seis meses, alterou a LDB e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio. A atual BNCC pode ser encarada, em grande parte, como um produto resultante dessa lei.

Uma das principais alterações foi o aumento da carga horária mínima, de 800 horas para 1.000 horas anuais, o que equivale a 1 hora de aula a mais por dia, já que a legislação estabelece um mínimo de 200 dias letivos por ano. Essa mudança deve ser implementada em um prazo máximo de 5 anos, sendo que a lei prevê a elevação progressiva do tempo de aula anual do ensino médio para 1.400 horas anuais. O crescimento do tempo de estudo visa à implantação da escola de tempo integral, com pelo menos 7 horas de aulas por dia letivo.

A carga horária supracitada é dividida entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum e os itinerários formativos, incluindo a formação técnica e profissional, voltados ao mercado de trabalho. Durante os três anos de ensino médio deverá ser destinado um mínimo de 1.800 horas para a parte comum obrigatória e 1.200 horas para a parte diversificada. Proporcionalmente será 60% para a base comum e 40% para a parte diversificada.

A pandemia de COVID-19 acabou atrasando a implementação do denominado Novo Ensino Médio. Porém, a partir de 2022 os novos currículos baseados na BNCC e na lei que

estabelece a reforma do ensino médio começaram a ser implantados. A princípio nas turmas do primeiro ano do ensino médio e em 2023 foi estendido ao segundo ano, até fechar o ciclo em 2024 com a inclusão do terceiro ano. Essa implantação progressiva seria uma forma menos traumática de adequar as escolas à nova realidade.

Com a nova organização do ensino médio, os alunos podem escolher a parte diversificada do currículo ao optar por um dos itinerários formativos. As instituições podem escolher o que vão ofertar de acordo com a relevância para o contexto local e as possibilidades das redes de ensino ao qual pertencem. Caso uma unidade educacional ofereça mais de um percurso, poderá ser permitido ao aluno optar por cursar mais de um itinerário, seja de maneira concomitante ou sequencial. Mesmo após concluir o ensino médio, será possível que o estudante curse outro itinerário formativo, desde que haja disponibilidade de vaga. Tudo isso, no final das contas, dependerá muito da forma como estão organizados os novos currículos.

A nova legislação permite que as redes de ensino e as escolas decidam como será a estrutura de seus currículos do ensino médio, podendo adotar o sistema de créditos, semelhante ao utilizado na graduação e pós-graduação, com componentes curriculares obrigatórios e optativos. Também podem organizar a partir de blocos, etapas, séries ou outras formas diversas, desde que respeitem os ditames legais. De acordo com a BNCC, essa parte diversificada pode ser ofertada aos alunos em diversos formatos, através de grupos de estudo, oficinas, clubes de leitura, disciplinas, projetos, núcleos de estudo, entre outros formatos e situações de aprendizagem. Dessa forma, as escolas e redes de ensino médio podem criar componentes curriculares próprios, adequados às realidades locais, às demandas sociais e aos interesses dos discentes.

No que diz respeito ao ensino de história regional ou local, essa flexibilização pode ser um aspecto muito positivo. Pois permite que as escolas criem componentes curriculares que trabalhem a história de suas regiões, localidades ou comunidades. Poderiam não apenas criar disciplinas específicas com esse objetivo, mas também criar oficinas, grupos, núcleos de estudo para pesquisar sobre a história regional e local. Seria possível que as escolas interessadas em promover a difusão da história piauiense, tema do nosso trabalho, introduzissem uma ou mais disciplinas com esse objetivo específico, ou caso preferissem poderiam montar grupos para estudar História do Piauí. Além da história piauiense, a

culinária, os costumes, as tradições, ofolclore, a música e arte (a cultura de forma geral) do estado poderiam ser estudados mais detalhadamente através de oficinas, grupos de estudo e de outras formas que forem mais interessantes aos alunos e adequadas à realidade da escola.

O que algumas escolas fazem atualmente através de projetos pedagógicos poderá ser feito de forma mais aprofunda e detalhada, introduzindo em seus currículos de forma permanente componentes que estudem temas relacionados à história e cultura piauiense. Caso tenham interesse, as escolas e a secretaria de educação poderiam criar componentes curriculares que integrem várias disciplinas com o objetivo de ensinar mais sobre o Piauí. Além de conhecimentos sobre a história regional, poderiam ser abordados temas como a literatura, geografia e a cultura. Um único componente abarcaria várias disciplinas (História, Geografia, Sociologia, Arte, Literatura) integradas com a finalidade de conhecer o estado em seus vários aspectos.

Outra possibilidade é a introdução do conhecimento sobre o estado na lista do conteúdo programático de outras disciplinas, não sendo necessário criar componentes curriculares específicos para estudar a região. Por exemplo, introduzir o estudo da História do Piauí no componente curricular que trilhará as habilidades e competências referentes à História. Também é possível introduzir esse conhecimento sobre o estado piauiense em oficinas ou grupos de estudo que não sejam criados especificamente com esse objetivo. Dessa forma, uma oficina de arte sobre fotografia pode ter como tema a história estadual ou local.

A forma como será estruturado o novo ensino médio favorecerá não apenas o estudo doregional, mas também de aspectos locais. A história local poderá vim a ser introduzida no currículo do ensino médio, com a criação em cada município de uma disciplina específica para estudar a história do local ou introduzir esses conteúdos em outros componentes curriculares. Entretanto como já foi mencionado, a BNCC segue a mesma orientação dos PCN's ao apontar como sendo o ensino fundamental a etapa preferencial para se estudar a história local e regional. Porém, isso não significa que esses conteúdos não possam ser estudados no ensino médio. Além disso, com a grande flexibilização do currículo a decisão de quais componentes e conteúdos comporão a parte diversificada caberá às escolas e redes de ensino.

Novamente é preciso ressaltar que a construção dos novos currículos em acordo com

a BNCC será um momento crucial nesse processo. Pode-se dizer, então, que a continuidade da história regional e local neste novo ensino médio dependerá muito da forma como esse processo está sendo conduzido. Nesse aspecto as secretarias estaduais da educação têm papel fundamental, já que as escolas públicas dos estados seguem uma estrutura curricular base estabelecida por esses órgãos.

O currículo do Piauí

166

Em abril de 2018 o MEC criou o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), com objetivo de apoiar as secretarias estaduais e municipais de Educação no processo de elaboração e implantação dos novos currículos. O ProBNCC possui coordenadores estaduais e municipais que monitoram e orientam as ações referentes aos novos currículos para que estes estejam em consonância com a BNCC.

Em agosto de 2021 o currículo estadual do novo ensino médio foi publicado pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI). Intitulado “Currículo do Piauí: um marco para a educação do nosso estado”, o documento com mais de 700 páginas é dividido em dois cadernos. No primeiro é apresentada a parte do currículo estadual em acordo com a base comum, denominado de formação geral básica, o segundo mostra como será a parte diversificada do currículo piauiense, relativa aos itinerários formativos.

Em linhas gerais o Currículo do Piauí segue o determinado pela BNCC. No entanto, ao contrário do documento nacional, o currículo estadual mantém no ensino médio as disciplinas tradicionais como componentes curriculares obrigatórios da parte comum. Embora a carga horária das mesmas tenha diminuído, no segundo e terceiro anos, por exemplo, só será obrigatória uma aula semanal de História na parte comum.

O Currículo do Piauí esclarece qual deverá ser o foco principal do componente curricular de História, ao afirmar que:

Vale ressaltar que em conformidade com o que está disposto na Base Nacional Comum Curricular (2018), o currículo do Estado do Piauí aborda os aspectos históricos gerais e nacionais do componente. Contudo, a partir de estudo da historiografia piauiense busca adequar-se às especificidades históricas e territoriais piauienses, no sentido de valorizar as contribuições histórico-culturais do Estado, bem como conduzir os jovens e adultos

estudantes à compreensão e consolidação da sua identidade do povo piauiense. (CURRÍCULO DO PIAUÍ, 2021, p. 286)

Ao analisar o que o Currículo Piauí denomina de “objetivos de aprendizagem” e “objetos do conhecimento” do componente curricular de História, na parte da formação geral básica, encontra-se várias referências diretas ao Piauí, além de várias outras que citam o estado indiretamente. Na parte diversificada também há menções aos conteúdos da história estadual.

No que diz respeito à parte diversificada, o Currículo Piauí estabelece 9 itinerários formativos, sendo dois itinerários para cada área e um para educação técnica e profissional. O conjunto de componentes curriculares obrigatórios de cada itinerário formativo, ou seja, as disciplinas que o aluno tem obrigatoriamente que cursar em cada itinerário, são denominados de trilhas de aprendizagem. Além destas haverá também as disciplinas eletivas.

A nova estrutura curricular estadual, criada para cumprir as exigências da BNCC, introduz novamente a História do Piauí no ensino médio, após vários anos de ausência. Os conteúdos de história regional e local foram inseridos tanto na formação geral, quanto nos itinerários de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, o novo formato favorece o estudo da história piauiense ao permitir a criação de disciplinas, oficinas e grupos de estudo com esse objetivo.

O novo ENEM e a História do Piauí

A lei que produziu mudanças na estrutura da educação brasileira, dando origem ao novo ensino médio, não trata diretamente do ENEM. Porém, o próprio Ministério da Educação reconheceu que será preciso adequar o atual exame à nova realidade que surgirá com a implantação das mudanças no ensino médio. Dessa forma, o MEC publicou uma resolução que estabelece novas diretrizes para o ensino médio e define as principais mudanças que ocorrerão no ENEM¹².

O novo ENEM terá duas etapas, uma geral e outra específica. A primeira fase abordará as habilidades e conteúdo da formação geral básica, já a segunda será baseada nos

¹² MEC, Artigo 32 § 1, 2 e 3 Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018.

A INFLUÊNCIA DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2008 A 2019)

itinerários formativos (parte diversificada). Sendo assim, as provas da primeira etapa serão iguais para todos, porém a segunda parte dependerá do curso que o aluno escolher no momento da inscrição. Caso um candidato escolha concorrer a uma vaga do curso de Bacharelado em Direito, por exemplo, fará a prova elaborada a partir dos itinerários da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Apesar das várias mudanças em seu formato, o ENEM continuará sendo um exame nacional, ou seja, a mesma prova sendo aplicada em todas as unidades da federação. Dessa forma, provavelmente continuará ignorando a História do Piauí e a história regional em geral. Uma maneira de solucionar esse problema e introduzir a história regional no ENEM, seria criar uma parte regionalizada do exame, destinando algumas questões para abordar a história estadual, assim como a geografia e literatura.

A Universidade Estadual do Piauí fez algo parecido. Na gestão do governador Francisco de Assis Moraes Souza (1995-2001), a instituição passou por um processo de expansão com a criação de vários campus e núcleos em diversas cidades do Piauí, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Como a instituição passou a atuar em mais de um estado, foi introduzida uma parte regionalizada em seu vestibular. Havia um número de questões de História, Geografia e Literatura específicas do estado em que estava situado o campus ou núcleo. Se o candidato estava concorrendo a uma vaga de um núcleo localizado em uma cidade do Maranhão, por exemplo, responderia às questões de História, Geografia e Literatura maranhense, caso estivesse disputando uma vaga de um campus piauiense, responderia as questões regionalizadas relativas ao estado do Piauí. No entanto, o restante da prova era igual para todos, independente do estado.

Esse formato poderia ser adotado pelo ENEM como uma forma de contemplar as histórias regionais. Bastava destinar algumas questões para compor uma parte regionalizada do exame. A prova continuaria sendo nacional, pois a maioria das questões seriam as mesmas para todos os alunos. Poderia ser destinado à parte regionalizada um percentual de 10% da prova, o que equivale a 18 questões, tendo em vista que a prova atual possui um total de 180. Dessa forma, 90% da prova continuaria sendo igual para todos os candidatos inscritos, independente do estado onde residem.

No Piauí em 2003 foi sancionada uma lei estadual de autoria dos deputados Marcelo Coelho e Homero Castelo Branco que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e

Geografia do Piauí nas escolas públicas e privadas no ensino fundamental e médio¹³.

De acordo com o texto legal, caberia a Secretaria Estadual da Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC-PI), fiscalizar as escolas públicas estaduais e da rede privada para garantir que a história e a geografia piauienses estejam sendo ensinadas nesses estabelecimentos. No entanto, como foi constatada na pesquisa, apesar da obrigatoriedade legal a maioria das escolas de ensino médio piauienses, sejam elas públicas ou privadas, não estão cumprindo a legislação.

Considerações finais

Com base no estudo realizado é possível dizer que a extinção dos vestibulares estaduais prejudicou o ensino de História do Piauí, que tem deixado de ser lecionado na maioria das escolas de ensino médio do estado (senão em todas).

A pesquisa nos exames do ENEM (2009 a 2019), nas provas dos vestibulares da UFPI e UESPI (2008 a 2011) e na grade curricular de escolas de nível médio públicas e privadas de Teresina – PI evidenciou que a História do Piauí era o tema mais recorrente dentre todos os outros, antes das transformações ocorridas a partir da adesão estadual ao SISU. Pode-se dizer que os desafios atuais do ensino de história regional estão relacionados a vários aspectos que contribuiriam para minimizar a importância da mesma enquanto conteúdo escolar.

Se por um lado a legislação do Novo Ensino Médio, que permite as redes de ensino e as escolas decidirem como será a estrutura de seus currículos, adequando-os às realidades locais, às demandas sociais e aos interesses dos discentes, pode contribuir para o retorno da História do Piauí ao currículo das escolas de ensino médio do estado. Por outro, a abertura às formas próprias de educar, bem como à diversidade regional desta nova legislação pode, inclusive, fazer com que os estudantes, pais e responsáveis entendam que justamente estes conteúdos possam supostamente prejudicar uma preparação mais concentrada no ENEM, que continua excluindo a história regional.

¹³ PIAUÍ, Lei Ordinária Nº 5.359 de 11/12/2003.